

MÁRIO SÁ GOMES, VENCEDOR DO PRÉMIO AMILCAR CABRAL



Roma, 04 Dez (Inforpress) - O activista guineense dos Direitos Humanos [Mário Sá Gomes](#) é o vencedor do Prémio Amílcar Cabral, atribuído anualmente pela Associação cabo-verdiana Tabanka Onlus (Itália).

O anúncio foi feito hoje, pelo presidente da Associação, Jorge Canifa, no final de um encontro de três dias intitulado "África: cruz no meio do mar", que decorreu sala da Radio Vaticana em Roma, com vista a preparação do Sínodo africano, a ter lugar em na capital italiana em 2009.

O prémio, que vai ser entregue num encontro a lugar hoje à noite, no espaço cultural da associação Caboverdemanía, foi instituído em Janeiro de 2005 e tem com o objectivo manter viva a memória de Amílcar Cabral e a afirmação do pensamento do fundador da nacionalidade cabo-verdiana.

A Tabanka Onlus é uma associação constituída, essencialmente, por jovens cabo-verdianos da segunda geração em Itália, e que se interessa, sobretudo, pela cooperação com Cabo Verde e promoção da cultura cabo-verdiana naquele país europeu.

O prémio Amílcar Cabral é conferido cada ano a personalidades e instituições que desempenharam um papel importante para a justiça, paz e para o desenvolvimento e pela boa imagem da África.

Qua. 10-12-2008

Caros Compatriotas, colegas e amigos...

Os meus cumprimentos a todos. Aproveito esta ocasião para vos informar de que foi-me atribuído o **Prémio Amilcar Cabral** em Roma.

O prémio foi instituído por uma ONG em Roma - Itália. O anúncio teve lugar na sala de Imprensa da Rádio Vaticano durante o enceramento da Jornada Pan-Africana para os Direitos Humanos, Pacificação e Desenvolvimento.

Para mais informações e ou para quem desejar agradecer à organização que atribuiu o prémio pode contactar a Vice-Presidente da referida ONG, a pessoa que fez o anúncio através dos seguintes contactos:

Tel-0039 3391737455 Fax- 0039 06 784421227

e-mail: tabankaonlus@libero.it www.tabanka.it

Os eventos decorreram na Aula Magna da Universidade SAPIENZA de Roma e na Sala de Imprensa da Rádio Vaticano.

No dia 03 de Dezembro fui convidado com outros meus colegas para uma Audiência Geral com o Papa Bento XVI na prefeitura do Vaticano.

Estiveram presentes no evento, altas personalidades que marcaram a história de Itália e do Mundo entre as quais:

O Cardial Aquilis Silvestrini, da geração do Papa Bento IV (foi quem organizou a

recepção dos antigos líderes pana-africanistas, nomeadamente Amilcar Cabral da Guiné-Bissau e Cabo-Verde, Agostinho Neto de Angola e Marcelino dos Santos de Moçambique).

O Senador Julio Andreoti já com mais de oitenta anos, foi o homem que por sete vezes foi primeiro ministro de Itália

Embaixadores da Santa Sé

Bispo de Bissau **Dom Camnate Na Bisim** e embaixadores de vários países

Da minha parte agradeceria imenso a todos que enviarem uma mensagem de agradecimento à referida ONG pela minha escolha como sinal de reconhecimento.

O favor de copiar esta mensagem para outros amigos.

Neste momento estou em Portugal, depois vou seguir para Espanha e Dinamarca

Eis os meus contactos:

Portugal-00351-927581822 * Espanha- 0034634763577

Muito Obrigado

Mário Sá Gomes

mariosagomes@hotmail.com



**ASSOCIAÇÃO GUINEENSE DE SOLIDARIEDADE
PARA COM AS VITIMAS DE ERRO JUDICIAL**

Fornada Africana

Para os Direitos Humanos,

Pacificação e Desenvolvimento

01 - 04 de Dezembro de 2008

Alocução do Sr. Mário Sá Gomes

Presidente da AGSOVEJ



Numa sociedade realmente

Pacífica e próspera, não só as pessoas não devem violar os direitos dos outros e prejudicar seus interesses, mas também devem cooperar-se mutuamente, estabelecendo relações de convivência social tais que contribuam para o Bem-Estar de todos e para o estabelecimento de uma sociedade humana ideal

Mário Sá Gomes (presidente AGSOVEJ)

Sala de Imprensa da Rádio Vaticano - Roma, 04 / Dezembro / 2008

- Excelência Cardial Frederico Lombarde ;
- Excelência Cardial Aquilis Silvestrini
- Excelência Senador Julho Andreoti;
- Excelências Senhores Embaixadores da Santa Sé;
- Excelências senhores Embaixadores dos países aqui presentes;
- Senhores representantes dos Organismos Internacionais;
- Caros convidados;
- Minhas Senhoras e meus Senhores

Permitam-me, em primeiro lugar, exprimir toda a minha honra em participar, nesta Sala de Imprensa da Radio Vaticano à Jornada Africana para os Direitos Humanos, Pacificação e Desenvolvimento.

Aproveito esta ocasião para em meu nome e em nome da nossa organização, apresentar os nossos melhores cumprimentos e reiterar a nossa profunda gratidão ao Dr. Filomeno Lopes, e toda a equipa e instituições que contribuíram para que a realização deste evento fosse uma realidade.

Com esta minha alocução, desejo fazer chegar os meus afectuosos votos de um fecundo desempenho a todos os Missionários da Igreja Católica, ao nosso **Santo Papa Bento XVI**, os Cardeais, os Bispos, em particular os Bispos de Bissau e Bafatá **Don Camnate Na Bissim** e **Dom Pedro Zili**, os distintos Padres **Ermano Battisti** e **Dionisio Ferrarro**, colegas activistas dos Direitos Humanos espalhados no mundo em particular, Músicos, Escritores, Jornalistas

e todas as mulheres e homens que estão sendo e, que têm sido vítimas de violências e outros abusos inqualificáveis. Aproveitando desde já para reiterar a minha profunda gratidão a todos aqueles que directa ou indirectamente se solidarizaram comigo nos momentos tão conturbados em que a minha vida esteve sob ameaça eminente por parte das Forças de Defesa e Segurança da Guiné-Bissau.

Permitam-me também sublinhar a importância que este evento assume num contexto em que quase todas as regiões de África estão confrontadas com as múltiplas formas do mal, caracterizada pelos conflitos violentos, assassinatos, execuções extrajudiciais e desaparecimentos forçados. Importância essa testemunhada a diversos níveis:

Antes de mais, pela vinda presença de todos os presentes nesta cerimónia, testemunhando de forma calorosa a vossa compaixão para com o povo Africano.

Mas também, e sobretudo, porque ao longo de muitos e muitos anos, os países de África tem procurado trilhar os caminhos da democracia, do pluralismo político e da edificação do Estado de Direito. O nosso país em particular, que no passado dia 16 de Novembro de 2008, o povo Guineense manifestou mais uma vez a sua maturidade e desejo de construir uma sociedade pacífica fundada num Estado de direito e Democrático.

Valores esses, sempre defendidos pela Igreja Católica na Europa, em África e em todos os continentes, porque proporcionam a plenitude da cidadania e propiciam, conseqüentemente, um ambiente favorável aos investimentos e ao exercício de actividades económicas produtivas que criam riqueza e incrementam o bem-estar e o progresso para todos. Mas infelizmente, sabemos o quanto esse objectivo não tem sido alcançado.

A Guiné-Bissau é um país com carências a todos os níveis provocadas pelas sucessivas crises político-militares que têm afectado o nosso país, e que tiveram efeitos devastadores sobre o Estado de Direito. Em várias ocasiões o sistema legal guineense tem sido arruinado com a insurreição das Forças Armadas contra as instituições Democraticamente instituídas, motivadas muitas das vezes pela falta de lealdade dos dirigentes políticos e pela má governação.

Contudo, temos que reconhecer que esforços e vontades têm-se conjugado, incessantemente, no sentido de criar as condições básicas que permitam contornar as causas de tais crises e, assim, poder-se avançar no rumo certo.

Nesse empreendimento, a Guiné-Bissau tem contado com o apoio e a colaboração inequívocos dos seus parceiros nacionais e internacionais, entre os quais a Comissão Europeia, as Nações Unidas, a CPLP e a União Africana e de uma maneira muito particular da **Igreja Católica, DIOCESE de BISSAU e de BAFATÁ** respectivamente que sempre estiveram e continuaram ao lado do País para o acompanhar nos seus momentos mais difíceis.

Apesar da universalidade da Igreja Católica, é importante realçar o contributo da Igreja Católica no continente Africano, mas é sobretudo justo considerar que essa contribuição foi possível graças à Fé e à compaixão dos Africanos para com as nossas Igrejas. Por isso não obstante os problemas que o nosso continente enfrenta podemos considerar África como um Continente de Fé.

Sem recuar muito no tempo, posso apontar, como um dos marcos do empenho da **Igreja Católica** na resolução dos problemas que existem e na determinação de os resolver, o papel que o nosso **Bispo de Bissau Don Jose Camnate Na Bissim** assumiu em Outubro de 2004, para a restauração da ordem constitucional, aquando da insurreição do grosso de contingentes militares guineenses que estiveram na missão de manutenção da paz na Libéria que tomaram de assalto o Estado Maior General e assassinaram o então Chefe do Estado-Maior General, Verissimo Correia Seabra e o Coronel Domingos de Barros no dia 6 de Outubro de 2004.

Pela sua responsabilidade histórica para com a Guiné-Bissau e, tendo em conta as fraquezas que o país apresenta, a Igreja Católica deve redobrar esforços com vista a fortalecer a capacidade dos missionários e organizações que trabalham em prol da construção da família humana na Guiné.

Caríssimos...

Desde o início do mundo os justos foram perseguidos e em vários casos foram mortos. Aconteceu com profetas e seus seguidores, e de igual modo aconteceu com várias figuras que marcaram a história de África em particular. Refiro-me a Amílcar Cabral, ao célebre herói vivo **Nelson Mandela**, Marcelino dos Santos, **Kwame N'krumah**, Agostinho Neto, Cheikh Anta Diop, Don Settimio Ferrazzetta, e outros.

Amílcar Cabral enquanto pai da nação Guineense e Cabo-verdiana, lançou as sementes que constituíram a base para a Justiça Paz e Bem-Estar para o Povo da Guiné-Bissau e de **Cabo-Verde**. Por isso as suas obras não deveriam resumir-se apenas às bibliotecas e ou nas celebrações. É necessário um engajamento identificado de todos os seus seguidores, amigos e parceiros tradicionais, para transformar essas obras em projectos concretos, susceptíveis de produzir um impacto positivo na vida desse povo hoje dividido em dois.

Cabral foi um homem com uma dimensão extraordinária cujos sonhos se resumiram nas aspirações e no progresso dos povos da **Guiné-Bissau e Cabo-Verde** juntos. As suas obras atingiram essa dimensão graças aos apoios e solidariedade de vários parceiros e países amigos. Não será justo abandonar

as obras iniciadas por Amílcar Cabral por uma simples razão de ele ter sido morto. Cabral era ciente e confiante de que ia morrer como qualquer ser humano com a esperança de que as suas obras iriam continuar a ser implementadas por várias gerações.

O objectivo comum para todo o povo guineense é a reconquista da paz, e ela só será possível com a verdade pelo menos foi o que a Santa Igreja nos ensinou. A paz para nós significa a tranquilidade espiritual, não pode ser reduzida a simples ausência de conflito armado, mas tem de ser entendida como um fruto da ordem que o divino criador estabeleceu para a sociedade humana.

Durante a celebração do Vº aniversário da nossa Organização no dia 26 de Março de 2007 fiz questão de recordar aos meus irmãos guineenses uma das passagens da mensagem tradicional para o dia Mundial da paz, em que a Sua Santidade **Papa Bento XVI** tinha escolhido como tema de reflexão do ano 2006 “ **Na Verdade a Paz** ” exprimindo uma convicção de que sempre que o homem se deixa iluminar pelo esplendor da verdade, empreende quase naturalmente o caminho da Paz. E sublinha que a constituição pastoral *gaudium et spes* do Concílio Ecuménico Vaticano II, concluído há 40 anos, afirma que a humanidade não conseguirá construir um mundo mais humano para todos os homens, a não ser que todos se orientem com o espírito renovado para **a Verdade da Paz**.

A originalidade da missão da nossa organização é incitar as autoridades do país a quebrarem os padrões da impunidade e conseqüente restauração da justiça, bem como ajudar a conduzir os cidadãos à obediência da Lei, aos princípios do humanismo, contribuindo desta forma para a afirmação do Estado de Direito e Democrático através de campanhas de sensibilização e manifestações pacíficas.

Apesar de muitos dos nossos países de Africa terem assinado e ratificado vários tratados particularmente sobre os direitos Humanos, muitos dos direitos prometidos têm sido ignorados. Existe um padrão nacional de ameaças de morte, assassinatos, processos judiciais, criminalização dos movimentos sociais e desqualificação moral dos Defensores dos Direitos Humanos e Jornalistas. Mesmo Cabo-Verde, país com a melhor performance na área dos direitos humanos e desenvolvimento a nível da África lusófona, a violência doméstica continua a falar alto no arquipélago.

É importante sublinhar a diferença do ambiente e condições de trabalho em que trabalham os defensores dos direitos humanos em África e no resto do mundo. Por exemplo no nosso país, com o actual contexto caracterizado pelo novo fenómeno do tráfico de droga e o alto índice de criminalidade e de descrédito na Justiça, vem piorar a situação, provocando assim que os defensores incluindo jornalistas que investigam o tráfico de droga trabalhem com frequência em ambientes e condições extremamente hostis.

Algumas das violações e obstáculos com que nós nos confrontamos enquanto Defensores dos Direitos Humanos produzem impactos coercivos na nossa vida e na dos nossos familiares, prevalecendo às vezes por muito tempo. As ameaças de morte, por exemplo, já forçaram muitos de entre nós a mudarmos as nossas rotinas diárias, bem como as dos nossos familiares directos e, alguns de entre nós já abandonaram o país em busca de asilo temporário no exterior. Em várias ocasiões somos objectos de acusações por parte de agentes do Ministério do Interior ou da Procuradoria-geral da República, e obrigados a enfrentar um processo criminal.

Aquando da celebração do Vº aniversário da nossa Organização em 2007, escolhi como tema de **reflexão** para esse ano “ **Garantir a Protecção dos Defensores de Direito Humanos Num Estado Falhado**” reflectindo a preocupação do conhecimento insuficiente das autoridades do nosso país bem como da maior parte dos nossos dirigentes e do público em geral sobre o papel vital dos defensores dos Direitos Humanos na implementação dos postulados internacionais em matéria dos direitos humanos e das liberdades fundamentais. Constitui uma preocupação muito séria particularmente no caso do nosso país ainda por desmilitarizar, e que apresenta um sistema legal com grandes deficiências, devido às ingerências ocultas como tinha sublinhado anteriormente.

Estou aqui hoje nesta sala com o simples fito de testemunhar a realidade dos activistas dos Direitos Humanos na Guiné-Bissau em particular. Com a vossa permissão sem pretender alongar na minha explanação quero sublinhar alguns aspectos que marcaram o meu percurso enquanto defensor dos direitos humanos.

Em 26 de Março de 2002, pela primeira vez na história da Guiné-Bissau, um activista dos Direitos Humanos foi preso no exercício do seu mandato. Refiro-me à minha detenção pela Polícia Judiciária Guineense a mando do

então Procurador-geral da República, falecido Dr. Caetano N'tchama, seguido da invasão brutal à sede da Liga Guineense dos Direitos Humanos pelos agentes da polícia.

Já fui preso três vezes no exercício do meu mandato enquanto dirigente de organização dos direitos humanos e uma vez julgado por um tribunal ilegal durante três dias consecutivos enquanto estava sob custódia da Polícia Judiciária. O julgamento terminou com uma sentença forjada de dois anos de prisão em Abril de 2002, que não foi efectivada porque fui absolvido pelo Supremo Tribunal três meses depois, graças a um recurso interposto pelo meu advogado. A minha última prisão aconteceu a 22 de Abril de 2004, pelo Ministério do Interior, quatro horas depois de eu ter efectuado algumas ofertas aos familiares dos prisioneiros que estiveram indefinidamente presos no quartel do exército de Cumeré.

Só em 2007 fui notificado mais de 14 vezes pelos órgãos judiciais guineenses principalmente pela Procuradoria-Geral através do Ministério Público, devido às pressões que a nossa organização tem estado a exercer para que os casos dos assassinatos por motivos políticos e mortes sob custódia sejam investigados e que seja feita justiça de forma a desencorajar as pessoas que planeiam cometer tais tipos de crimes.

A Guiné-Bissau está confrontada com um desafio extremamente difícil que é o combate ao narcotráfico, e que tem assombrado a costa ocidental Africana. Constituindo uma ameaça à identidade do povo guineense e à integridade do país. O combate a este flagelo deveria constituir uma tarefa de todos os cidadãos guineenses em particular.

Tomei a liberdade de emitir a minha opinião no dia 11 de Julho de 2007 sobre eventuais medidas possíveis para um combate eficaz e urgente do flagelo em causa. Essas medidas, de acordo com o meu ponto de vista pessoal passariam pelas mudanças dos comandos das forças de defesa e segurança bem como a reforma do aparelho judiciário e administrativo do país. A opinião que foi mal acolhida no seio dos órgãos em causa apesar de as evidências serem claras, o que não constitui segredo para ninguém. Assuntos esses que já foram objecto de análise pela opinião pública nacional e internacional, e constam nos relatórios dos países interessados no assunto, e das Nações Unidas em particular.

Por essa simples razão fui procurado pelos agentes das Forças Armadas e de segurança do Ministério do Interior bem como da Polícia Judiciária em todo o território nacional. Esses factos foram reportados no passado mês de Julho e Novembro de 2007 pelo Canal 4 da televisão da Inglaterra, cujo filme se encontra disponível na Internet através do site; http://www.channel4.com/news/articles/society/law_order/africas+drugs+gateway+to+europe/611152; Por isso tive que refugiar para um lugar discreto e posteriormente na sede das Nações Unidas, aguardando uma melhor percepção e interpretação da minha opinião.

Regressei à minha vida social no dia 23 de Agosto de 2007, com garantias de segurança reforçada por parte do Ministério da Administração Interna, na presença dos representantes de várias organizações da sociedade civil nomeadamente a Liga dos Direitos Humanos, o Movimento Nacional da Sociedade Civil, a Organização West Africa Net Work for Peace Building, e do meu Advogado, Dr. Amine Saad.

Com esta mensagem conto poder encorajar mais pessoas a defenderem os direitos humanos para se tornarem Defensores dos Direitos Humanos. Recordando que os Defensores dos Direitos Humanos são sobretudo identificados pelo que fazem a favor da promoção e protecção dos direitos humanos e das liberdades fundamentais.

Quero igualmente encorajar as organizações que têm lutado para pôr fim à Violência contra a mulher e a mutilação genital, para procederem com as suas campanhas e lobing junto dos governos e parlamentares com o propósito de fazer dos direitos da mulher e das crianças uma realidade. As mulheres Africanas não devem ser vítimas da nossa antiga educação, elas constituem a espinha dorsal desse continente e, assumem a maior parte da vida da família. Por isso não devem ser tratadas como animais e que as suas fidelidades se ganham por confiança e afecção e não através da violência ou meios rituais bárbaros...

Muito Obrigado



Universidade SAPIENZA de Roma, 01 / Dezembro / 2008

Jornada Africana para os Direitos Humanos,
Pacificação e Desenvolvimento

Alocução do Sr. Mário Sá Gomes
Presidente da AGSOVEJ

Excelências representantes das Igrejas e chefes religiosos;

Excelência senhores Embaixadores;

Ilustres convidados;

Minhas Senhoras e meus Senhores;

Permitam-me, em primeiro lugar, exprimir toda a minha honra em participar, nesta Aula Magna da Universidade SAPIENZA de Roma à Jornada Africana para os Direitos Humanos, Pacificação e Desenvolvimento, aproveitando esta ocasião para em meu nome e em nome da nossa organização, apresentar os nossos melhores cumprimentos e reiterar a nossa profunda gratidão ao Dr. **Filomeno Lopes**, e toda a equipa e instituições que contribuíram para que a realização deste evento seja uma realidade.

Com esta minha alocução, desejo fazer chegar os meus afectuosos votos de irmandade a todos os presentes nesta sala, de modo particular, aos Estudantes, Músicos, Escritores, Jornalistas e todas as mulheres e homens que estão sendo e, que têm sido vítimas de violências e outros abusos inqualificáveis.

A Guiné-Bissau é um país lusófono cuja sua história é feita de mortes e deturpações. Desde a proclamação da independência do país, centenas de cidadãos guineenses foram mortos em condições ainda por esclarecer. Dirigentes e políticos opositores foram de forma desproporcional vítimas de assassinatos e ou execuções bárbaras.

Existe um padrão de impunidade provocada pela falta de investigação séria e consistente dos assassinatos. Os responsáveis por tais crimes têm gozado sempre de uma protecção especial, situação essa que criou a sensação de que os assassinatos por motivos políticos podem ser cometidos com a impunidade.

Caríssimos, estou hoje aqui perante vós para testemunhar a realidade dos defensores dos direitos humanos em África. As condições e ambientes em que nós trabalhamos na Guiné-Bissau, são quase idênticas às da Associação Justiça, Paz e Democracia (**AJPD**) e outras em Angola como é o caso da **Mpalabanda**.

Segundo a Amnistia Internacional, em Junho de 2006, o governo de Angola instaurou um processo no Tribunal Provincial de Cabinda, com base na Lei das Associações de Maio de 1991, visando extinguir a Mpalabanda. O governo alegou que a Mpalabanda incitava à violência e ao ódio e acusou também a Mpalabanda de realizar actividades políticas em vez de ser uma organização da sociedade civil. Igualmente caso dos Jornalistas em Moçambique, se recordarmos do caso **Jorge Quadros** na Guiné-Bissau e **Carlos Cardoso** em Moçambique. Pelo menos este último chegou a um julgamento.

Em 2004, por três ocasiões cortaram o cabo do meu telefone para impedir que eu comunicasse com a Amnistia Internacional e órgãos de comunicação internacional sobre a situação dos prisioneiros do caso 6 de Dezembro de

2002, cujo julgamento foi abortado com o insurgimento de um grupo de militares que resultou na execução bárbara do Ex Chefe do Estado Maior **Veríssimo Correia Seabra** e Coronel **Domingos de Barros**.

Com os últimos episódios que me conduziram ao refúgio na Sede das Nações Unidas em Bissau, o então Primeiro-ministro demonstrou de forma clara a sua oposição ao papel dos defensores dos direitos humanos. O Primeiro-ministro guineense **Martinho N'dafa Cabi**, por exemplo, sustentou numa entrevista respondendo ao jornalista da RFI a caminho da África do Sul, que **Mário Sá Gomes** tem o hábito de proferir acusações sem no entanto apresentar provas. Em algumas ocasiões os defensores foram associados a imagem de defensores de bandidos pelos dirigentes do nosso país.

Em 28 de Setembro de 2007, isto é, trinta e sete dias depois de eu ter deixado a sede das Nações Unidas em Bissau, com garantias de segurança do governo, foi substituído um dos agentes de segurança que me tinham afectado por ameaças de morte de que tem sido alvo.

Tenho a consciência do caminho difícil que estou a seguir e já fui preso três vezes no exercício do meu mandato enquanto dirigente de organização dos direitos humanos e uma vez julgado por um tribunal ilegal durante três dias consecutivos sob custódia da Polícia Judiciária. O julgamento terminou com uma sentença forjada de dois anos de prisão, e fui absolvido pelo Supremo Tribunal através de um recurso interposto pelo meu advogado.

Quando fui chamado para dar a minha contribuição no campo dos direitos humanos, tive que recorrer à Bíblia Sagrada para definir a minha linha de orientação, da qual escolhi o **Capítulo 58 do livro de PROFETA ISAÍAS** que é “ ***o Jejum que o Senhor Deus espera dos homens*** “ com a convicção de praticar a arte divina e atingir a misericórdia...

O reconhecimento do papel vital desempenhado pelos Defensores dos Direitos Humanos e as violações com que muitos de nós nos confrontamos, convenceram as

Nações Unidas a envidar esforços especiais para proteger os defensores dos direitos humanos e as suas actividades. Foi nessa base que a Assembleia Geral da ONU adoptou a Declaração dos Direitos e Responsabilidades das Pessoas, Grupos e Órgãos da Sociedade para Promoção e Protecção dos Direitos Humanos e as Liberdades Fundamentais Universalmente Reconhecidas, através da **resolução 53/144 de 9 de Dezembro de 1998**.

Caríssimos irmãos não quero terminar sem apelar a todos os homens e mulheres para guardarem nos seus corações um espírito de tolerância e de reconhecimento da dignidade da pessoa humana, sem as quais, não conseguiremos construir um mundo mais humano.

A todos vós que a graça e a paz de Deus seja dada para sempre.

Muito Obrigado





**ASSOCIAÇÃO GUINEENSE DE SOLIDARIEDADE
PARA COM AS VITIMAS DE ERRO JUDICIAL**

Mensagem do Presidente da AGSOVEJ

Por ocasião da celebração do 5º Aniversário da Organização

26 de Março de 2008

**GARANTIR A PROTECÇÃO
dos Defensores de Direitos Humanos
Num Estado Falhado**



Na verdade os
Perpetradores
de assassinatos
e de outros
crimes
inqualificáveis
têm de
compreender que
tão certo como
o nascer do

Mário Sá Gomes (presidente AGSOVEJ)

Caríssimos, escrevo a todos vós guineenses e estrangeiros residentes na Guiné-Bissau, assim como na diáspora, e todos vós que são chamados para lutar pela dignidade da pessoa humana. Que de uma maneira ou de outra guardaram nos vossos corações, o desejo de encontrar a felicidade para este povo martirizado. De igual modo esta mensagem será extensiva aos nossos dirigentes, nomeadamente os Deputados da Nação, Presidente da República, Ministros, Militares e Paramilitares e, de modo especial aos Magistrados que têm a responsabilidade de proteger a sociedade. Sois amados por nosso Senhor Deus e, que a graça e a paz dele estejam com todos nós juntos...

Aproveito esta ocasião para apresentar os meus melhores cumprimentos a todas as equipas e agências do sistema das Nações Unidas em particular, bem como a todos os membros das organizações congéneres, de modo especial aos da Amnistia Internacional, Federação Internacional para os Direitos do Homem, e da Comissão Africana dos Direitos Humanos e dos Povos.

Com esta mensagem para o dia da nossa Organização, desejo fazer chegar os meus afectuosos votos de um fecundo desempenho a todos os colegas

activistas dos Direitos Humanos espalhados pelo mundo e, em particular, a todas as mulheres e homens que estão sendo e, que têm sido vítimas de violências e outros abusos.

Quero igualmente aproveitar esta ocasião para ajudar a esclarecer alguns aspectos até aqui ignorados, aproveitando desde já para reiterar a minha profunda gratidão a todos aqueles que tiveram a amabilidade em ajudar na interpretação da minha opinião. Refiro-me aos jornalistas e aos programas **Grande Júri** e **Bom Dia Guiné** da Rádio Pindjiguiti, **Cuma ku nô mansi** e programa **Rádio Escupia** da Rádio Bombolom FM, da RFI e RDP. Um obrigado especial para a Liga Guineense dos Direitos do Homem, **Wanep** e o **Movimento Nacional da Sociedade Civil** pela prontidão e esforços empreendidos logo na primeira hora, para que fossem encontradas uma solução justa sobre o caso e de uma maneira particular ao **Dr. Fernando Casimiro** Vulgo **DIDINHO** em Portugal pelo trabalho árduo e tempo que disponibilizou com a campanha lançada na Internet no site DIDINHO a meu favor. Ao líder do MDG **Dr. Silvestre Alves** e seu partido, pelo exemplo e pela sua diferença e faço votos a todos os outros partidos porque o futuro da governação do país estará sempre nos seus ombros e que cada um deve desde já declarar a sua oposição quanto ao fenómeno de tráfico de droga. Quero igualmente agradecer do fundo do coração ao PNUD e seus funcionários que se solidarizaram comigo nomeadamente o pessoal de segurança que esteve à minha volta, e ao então coordenador adjunto do sistema pela sua humildade e forma sábia de interpretar os postulados internacionais.

Caros colegas activistas e membros da AGSOVEJ, quero vos alertar para os momentos de reflexão da nossa organização. A 13ª semana do ano que constitui a semana de reflexão da nossa querida e desejada Organização, com os mais variados acontecimentos que constituíram motivos de sua criação.

Em 26 de Março de 2002, pela primeira vez na história da Guiné-Bissau, um activista dos Direitos Humanos foi preso no exercício do seu mandato. Refiro-me à minha detenção pela Polícia Judiciária Guineense a mando do então Procurador-Geral da Republica, falecido Dr. Caetano N'tchama, seguido da invasão brutal à sede da Liga Guineense dos Direitos Humanos pelos agentes da polícia. Fui libertado dias depois.

Sob essa mesma polémica fui novamente preso no dia 1 de Abril do mesmo ano, conduzido três horas depois para a vara do Tribunal onde fui submetido a um julgamento sumário que durou três dias enquanto sob custódia da Polícia Judiciária e condenado com uma pena forjada de dois anos de prisão, tendo o meu advogado no

referido processo **DR. Carlos Vamaim** depositado uma caução, condição para que o recurso pudesse subir para o Supremo Tribunal. Três meses mais tarde saiu o acórdão do Supremo Tribunal do qual ganhei a causa.

Quanto aos acontecimentos que ainda estão a desenrolar à volta da minha pessoa e que tem abalado a organização, gostaria de vos comunicar apenas sobre o incidente de 11 de Julho último cujo desfecho ficou por conhecer, tudo na dependência da Procuradoria-Geral da República com o famoso mandado de Captura emitido nesse dia, tendo completado hoje nove meses. Sobre outros assuntos falamos na próxima sessão do Conselho Executivo Nacional alargado a todas as células regionais a ter lugar em Bafatá, ocasião em que vamos discutir a situação da transferência da Sede Nacional para a referida Região.

O Tema de reflexão que eu vos proponho para este ano “ *Garantir a Proteção dos Defensores dos Direitos Humanos Num Estado Falhado*” reflecte a preocupação do conhecimento insuficiente das autoridades do país bem como da maior parte dos nossos dirigentes e do público em geral sobre o papel vital dos defensores dos Direitos Humanos na implementação dos postulados internacionais em matéria dos direitos humanos e das liberdades fundamentais. Constitui uma preocupação muito séria particularmente no caso do nosso país ainda por desmilitarizar, apresenta um sistema legal com grandes deficiências, devidas às ingerências ocultas.

Algumas das violações e obstáculos com que se confrontam os defensores produzem impactos coercivos na vida dos activistas e suas famílias, prevalecendo às vezes por muito tempo. As ameaças de morte, por exemplo, já forçaram muitos de entre nós a mudarmos as nossas rotinas diárias, bem como as dos nossos familiares directos e, alguns já abandonaram o país em busca de asilo temporário no exterior. Em várias ocasiões somos objectos de acusações por parte de agentes do Ministério do Interior ou da Procuradoria-geral da República, e obrigados a enfrentar um processo criminal.

A originalidade da missão da nossa organização é incitar as autoridades do país a quebrarem os padrões da impunidade e conseqüente restauração da justiça, bem como conduzir os cidadãos à obediência da Lei, através de campanhas de sensibilização.

Caros Compatriotas, a Paz e Reconciliação constituem o slogan para todos os discursos dos dirigentes do nosso país. Mas é importante sublinhar que são virtudes indissociáveis ao atributo mais importante que o senhor Deus atribuiu aos homens, sem os quais nenhuma paz será durável. Deus criou-nos e mostrou-nos o bem e o mal, mostrou igualmente o caminho da verdade para podermos progredir rumo ao bem-estar para toda a humanidade. A mentira é o pior atributo que um ser humano pode possuir, é a base de todo o mal e destrói toda a perfeição humana e consequentemente pode minar todos os esforços para a reconciliação.

Pela sua história a Guiné-Bissau tem um único caminho que lhe resta para caminhar rumo ao bem-estar, que é o da verdade. O objectivo comum para todo o povo guineense é a reconquista da Paz, e ela só será possível com a verdade pelo menos foi o que a Santa Igreja nos ensinou. A Paz para nós significa a tranquilidade espiritual, não pode ser reduzida a simples ausência de conflito armado, mas tem de ser entendida como um fruto da ordem que o divino criador estabeleceu para a sociedade humana.

Caríssimos irmãos e irmãs, fiéis e não fiéis, quero recordar-vos que na tradicional mensagem por ocasião do dia Mundial da Paz, Sua Santidade o **Papa Bento XVI** tinha escolhido como tema de reflexão do ano 2006 “ **Na Verdade a Paz** ” exprimindo uma convicção de que sempre que o homem se deixa iluminar pelo esplendor da verdade, empreende quase naturalmente o caminho da Paz. A constituição pastoral *gaudium et spes* do Concílio Ecuménico Vaticano II, concluído há 40 anos, afirma que a humanidade não conseguiu construir um mundo mais humano para todos os homens, a não ser que todos se orientem com o espírito renovado para **a verdade da Paz**.

Tenho a consciência do caminho difícil que estou a seguir e já fui preso três vezes no exercício do meu mandato enquanto dirigente da organização dos direitos humanos e uma vez julgado por um tribunal ilegal durante três dias consecutivos, sob custódia. O julgamento que terminou com uma sentença forjada de dois anos de prisão, que não foi efectivada porque acabei por ser absolvido pelo Supremo Tribunal através de um recurso interposto pelo meu advogado, o DR. Carlos Vamaim. A humanidade nunca conheceu equilíbrio porque os homens justos constituem a minoria em quase todas as sociedades. Desde o início do mundo os justos foram perseguidos e em vários casos foram mortos, aconteceu com profetas e seus seguidores. De igual modo aconteceu com várias figuras que marcaram a história da humanidade. Embora o mundo esteja a evoluir num ritmo muito acentuado, os homens não são capazes de manejar a força gigantesca que a natureza e a ciência lhes oferecem para construir um mundo mais

humano, preferiram enveredar pela perseguição dos activistas dos direitos humanos, políticos opositores e jornalistas ou líderes sindicais oponentes, mantendo as estruturas económicas e sociais em total desrespeito pelos padrões e leis humanitárias.

Quando fui chamado para dar a minha contribuição no campo dos direitos humanos, tive que recorrer à Bíblia Sagrada para definir a minha linha de orientação, da qual escolhi **o Capítulo 58 do livro do PROFETA ISAÍAS** que é “ ***o Jejum que o Senhor Deus espera dos homens*** “

A Guiné-Bissau está confrontada com um desafio extremosamente difícil que é o combate ao narcotráfico, e que tem assombrado a costa ocidental africana. Constitui uma ameaça ao povo guineense e à integridade do país. O combate a este flagelo deve constituir uma tarefa de todos.

Tendo a consciência da posição em que figura o nosso país no panorama do narcotráfico e acudindo aos apelos do Presidente da República, do Governo e das instituições internacionais, onde encorajam o engajamento de todos no combate contra o tráfico de drogas, tomei a liberdade de emitir a minha opinião sobre eventuais medidas para um combate eficaz e urgente do flagelo em causa. Essas medidas, de acordo com o meu ponto de vista pessoal passariam pela mudança dos comandos das forças de defesa e segurança bem como a reforma do aparelho judiciário e administrativo do país. A opinião foi mal acolhida no seio dos órgãos em causa, apesar de as evidências serem claras, o que não constitui segredo para ninguém, assuntos esses que já foram objecto de análise pela opinião pública nacional e internacional, e constam nos relatórios dos países interessados no assunto, e das Nações Unidas em particular.

Humildemente e à semelhança dos outros quero tomar a liberdade de contribuir para esclarecer três aspectos que penso eu, podem ajudar a situar a opinião pública em geral sobre este diferendo:

A primeira tem a ver com a minha opinião em si. Ela tem um suporte legal que ultrapassa a fronteira nacional guineense, na medida em que o seu suporte figura na ***Declaração das Nações Unidas sobre os Defensores dos Direitos Humanos***. De acordo

com o ponto **2 do artigo 8º** do referido diploma, pesa na minha consciência enquanto defensor dos direitos humanos, a responsabilidade de apresentar críticas e propostas aos órgãos governamentais, agências e organizações ligadas aos serviços públicos com vista à melhoria dos seus funcionamentos e chamar a atenção para qualquer aspecto do seu trabalho que possa impedir a realização com êxito dos direitos humanos, como é o caso desse flagelo que está a arruinar as conquistas alcançadas pelo nosso país, pondo em causa a identidade do povo guineense e a integridade do país.

Segundo aspecto quero tentar esclarecer a alguns deputados que posso pensar terem conhecimento insuficiente do papel dos defensores dos direitos humanos, vou tentar trazer à luz apenas um pequeno resumo do Artigo 6º e seguintes do referido diploma. Está escrito que *o principal papel dos indivíduos e das ONGs na protecção e promoção dos direitos humanos em África e no resto do mundo foi reconhecido e legitimado pela Assembleia Geral da ONU quando esta adoptou, a 9 de Dezembro de 1998, a Declaração dos Defensores dos Direitos Humanos. A Declaração menciona especificamente o Direito: `A defesa dos direitos de outrem, de organizar encontros para a discussão dos direitos humanos, de acesso a Organizações Internacionais, de procurar soluções eficazes etc. Inclui também, no Artigo 6º, o direito de documentar as violações dos direitos humanos, isto é, de procurar informações sobre os direitos humanos, de estudar, discutir e dar opiniões sobre a observação de todos os direitos humanos, bem como o direito de publicar e chamar atenção pública para estes assuntos.*

Terceiro aspecto prende-se com o meu direito à protecção enquanto indivíduo ou cidadão mundial ao abrigo da Declaração Universal dos Direitos do Homem, e **o meu direito a uma Protecção Especial** enquanto Defensor dos Direitos Humanos. Não se trata de um acto de caridade, mas sim dos direitos, deveres e obrigações das partes. Embora se possa constatar que uma grande maioria de indivíduos na Guiné-Bissau não tem conhecimentos suficientes que os possam ajudar a comportar da melhor maneira numa sociedade fundada num estado de direito e democrático. Mesmo até alguns que podemos dizer tiveram uma formação académica, carecem de insuficiências muito acentuadas, fragilizando de forma prejudicial o aparelho do Estado Guineense. Mas não obstante os indicadores citados anteriormente, importa sublinhar que já se passaram mais de 30 anos de independência e que nasceram centenas de indivíduos que cresceram neste país, e que conhecem os seus direitos, seus deveres e obrigações para com a comunidade local, nacional e internacional.

Não me desloquei logo nos primeiros momentos à sede das Nações Unidas embora seja o lugar ideal para o meu refúgio particularmente enquanto Defensor dos Direitos Humanos, porque tenho a consciência do fracasso dos esforços empreendidos pelas Agências das Nações Unidas em encorajar o Estado Guineense para o respeito pelos princípios e regras internacionalmente aceites, tanto na sua vertente política, social e económica bem como nas áreas da justiça e dos direitos humanos em particular.

As agências vocacionadas e as equipas das Nações Unidas sedeadas no nosso país deveriam participar activamente no processo de implementação da declaração das Nações Unidas sobre os defensores dos direitos humanos, e no âmbito do seu mandato dar o apoio necessário a esses indivíduos ou grupos. O reconhecimento do papel vital desempenhado pelos Defensores dos Direitos Humanos e as violações com que muitos deles se confrontam, convenceram as Nações Unidas a envidar esforços especiais para proteger os defensores dos direitos humanos e as suas actividades em conformidade com a **resolução 53/144 de 9 de Dezembro de 1998, isto tratando de um primeiro passo.**

Um segundo passo foi dado em Abril de 2000, quando a comissão das Nações Unidas para as questões dos direitos humanos na sua 65ª Sessão de 26 de Abril de 2000, solicitou ao Secretário-Geral conforme a resolução 2000/61, para nomear um Representante Especial para questões dos Defensores dos Direitos Humanos, com vista a monitorar e apoiar a implementação da referida Declaração e, em Agosto do mesmo ano a Paquistanesa **Mme Hina Jilani** foi nomeada e em Setembro ela já tinha entrado em função. De salientar que no exercício do seu mandato ela apoia principalmente a referida Declaração.

Caros colegas, apesar dessa minha situação embaraçosos com a Procuradoria-geral, tanto a nossa Organização como seus membros não estão impedidos de agir contra quaisquer actos que atentam contra a dignidade da pessoa humana. Todos, individual ou colectivamente devemos nos manter firmes, particularmente num Estado Falhado e, num período em que o país está a atravessar os piores momentos de sua História, com as múltiplas formas do mal, agravado com a penúria no aparelho judiciário e o clima de impunidade que pesa sobre esse povo tão martirizado. Deixemos de lado o espírito do medo, os pensamentos de brigas no seio das Organizações ou com outras congéneres. Devemos colocar na nossa mente imagens da Justiça, de Paz e de Amor ao próximo, bem como na Defesa dos Direitos de Outrem tanto na luz como nas trevas. É

nesses graus que se repousa a plenitude da actuação dos Defensores dos Direitos Humanos.

Lamento o Pedido de desculpas hora reclamado e num contexto em que não haja motivos seria humilhação e constitui um desprezo total pelos princípios das quais faço **Fé**. Acredito em Deus e nos ensinamentos da Santa Igreja Católica tanto quanto acredito nos princípios e valores que a minha organização defende... Acho que sou vítima da minha **Fé** e não de indivíduos. Humilhar-se perante os homens significa rejeição voluntária do divino criador. Só ele é que goza desse privilégio enquanto criador do homem e de tudo quanto existe, e nos conferiu vários atributos entre os quais a dignidade. Quanto aos homens, cada um tem apenas a obrigação que um homem livre tem para com outro homem livre. Continuo a aguardar serenamente o papel que a Procuradoria-geral da República quer jogar nesse processo.

O governo reagiu seriamente se quisermos considerar assim, com a apresentação pública do Plano de Emergência para o combate ao narcotráfico e a adesão do país aos tratados sobre o tráfico de droga e crimes organizados após a polémica à volta dessa minha opinião sobre o assunto, não passa de um excelente filme que cria tanta ansiedade e não ultrapassa duas horas de tempo. Contudo, o plano podia ser muito mais realista se houvesse algumas mudanças ou criação de novas leis para contrapor esse fenómeno. Os deputados igualmente deveriam assumir uma postura mais séria em relação ao tráfico de droga, e devem considerar os traficantes como cidadãos perigosos capazes de destruir uma sociedade inteira. A criação de uma missão de inquérito de alto nível cujo mandato obedecerá os padrões aceites internacionalmente para tais tipos de comissão, seria útil para o apuramento de responsabilidades. Isto poderia tornar o plano mais sério e atractivo aos olhos dos parceiros internacionais.

Os cenários que se seguiram ao desfecho relativo da referida polémica, nomeadamente a apreensão dos reservatórios de combustíveis para aeronaves numa das ilhas dos Bijagós, numa operação que integrou entre outros, o Ministro da Defesa Nacional, a Directora da Polícia Judiciária, a Ministra da Justiça e elementos das Forças Armadas. Apreensão igualmente pelos elementos das Forças Armadas de um camião cisterna carregado de combustível presumivelmente para o abastecimento dos depósitos das pistas de Cufar e a captura no dia 18 de Agosto de 2007 de cidadãos colombianos causou polémica por ter provocado revelações graves por parte da directora da polícia judiciária, citando até a constatação dos nomes de figuras importantes do país. Esses factos vêm provar que, virtualmente o tráfico de droga pode ser combatido com determinação e também apresenta fortes indicadores de que

nada teria sido feito antes e que as preocupações da Polícia Judiciária têm sido ignoradas para contrapor-se a esse flagelo. Demonstra igualmente que os traficantes de droga utilizam de forma abusiva o território guineense e os sujeitos não são responsabilizados, gozando de uma certa compaixão das autoridades e dos titulares de cargos.

Tomei igualmente nota com satisfação das declarações públicas fortes preferidas pelos titulares de alguns órgãos do Estado, contudo o meu apelo vai no sentido de contenção e respeito pelas regras e leis sobre o tráfico e crime organizado. A apreensão seria ideal porque os objectos de crime revertem-se a favor do Estado, portanto a apreensão de um barco ou de um avião podia ser útil para o país e de acordo com a lei, o uso letal de força só é permitido quando outros meios mais moderados não forem suficientes.

Quero ainda apelar aos nossos Governantes no sentido de adoptar e aplicar medidas especiais de prevenção criminal para reduzir a vitalização, incentivando os esforços colectivos e a participação dos cidadãos na prevenção dos crimes.

Com esta mensagem conto poder encorajar mais pessoas a defenderem os direitos humanos para se tornarem Defensores dos Direitos Humanos. Recordo-vos que os Defensores dos Direitos Humanos são sobretudo identificados pelo que fazem a favor da promoção e protecção dos direitos humanos e das liberdades fundamentais. Assim não devemos esquecer que a Exactidão constitui a nossa arma fundamental, devemos ter a certeza de que o que dissemos ter acontecido realmente aconteceu. Porque geralmente as autoridades aproveitam das nossas falhas metodológicas para criticar ou atacar as nossas acções.

Quero igualmente encorajar as organizações que têm lutado para pôr fim à mutilação genital, para procederem com as suas campanhas e lobing junto dos parlamentares, aproveitando essa rara oportunidade a favor da mulher guineense. As mulheres Africanas não devem ser vítimas da nossa antiga educação, elas constituem a espinha dorsal desse continente e, assumem a maior parte da vida da família. Elas não são animais e que as suas fidelidades se ganham por confiança e afecção e não através de meios rituais bárbaros...

Agir é o único conselho que eu posso dar às minhas mães e aos meus irmãos que sonham viver numa Guiné-Bissau pacífica e próspera. Devemos deixar de ser receptores e passivos, e tornarmo-nos juntamente com Deus, agentes activos de salvação da nossa pátria.

